

編號：第 312/2022 號 (刑事上訴案)

上訴人：(A)

(B)

日期：2024 年 4 月 25 日

主要法律問題：扣押物

摘 要

兩上訴人收取嫌犯償還彼等債務的金錢，但是由於該等金錢是嫌犯作出不法行為而獲取之不法所得，在此並不適用《民法典》第 1241 條及後續規定中關於取得物之所有權的規定，而彼等應該歸還通過犯罪得來的金錢。

裁判書製作人

譚曉華

合議庭裁判書

編號：第 312/2022 號 (刑事上訴案)

上訴人：(A)

(B)

日期：2024 年 4 月 25 日

一、案情敘述

於 2022 年 2 月 7 日，嫌犯(C)在初級法院刑事法庭第 CR4-21-0109-PCC 號卷宗內被裁定：

- 以直接正犯和既遂方式觸犯《刑法典》第 199 條第 4 款 b 項結合第 1 款所規定及處罰的一項「信任之濫用罪」，被判處六年六個月實際徒刑；
- 須向輔助人(X)公司支付港幣 99,724,708 元之賠償，另加自本案判決日起計至付清的法定延遲利息。另外，待判決確定後，將本案之所扣押的現金及籌碼，適時返還輔助人，繼而輔助人的賠償額，在部份獲得彌補下，得以作出適當扣減。

利害關係人(A)和(B)不服，向本院提起上訴，並提出了有關的上訴理由。¹

¹ 其葡文結論內容如下：

1. É o entendimento da Recorrente que não foi feita uma correcta qualificação jurídica da posição jurídica da Assistente por não actuar na qualidade de concessionária de jogo ou sub-concessionária de jogo e, tal tem repercussões directas e lesivas no património dos

-
- Recorrentes.
2. Contrariamente, ao entendimento perfilhado pelo tribunal ad quo, os montantes apreendidos ao abrigo dos presentes autos, mormente o montante de HKD\$10,000,000.00 (dez milhões de dólares de Hong Kong) depositado nas contas bancárias pertencentes aos Recorrentes, não podem nem devem permanecer apreendidos e serem declarados pertencentes à Assistente, porque, pertencem aos Recorrentes.
 3. Salvo melhor entendimento, os Recorrentes entendem que existe erro de julgamento e erro sobre os pressupostos de facto, uma vez que a sentença não atentou à classificação jurídica das relações existentes entre os vários intervenientes neste processo, e esta decisão lesa directamente os Recorrentes, pois, afectam o direito deste sobre a propriedade que têm sobre o montante apreendido. Estando, assim legitimado ao abrigo do artigo 391.º, n.l d) do Código de Processo Penal para o fazerem.
 4. Pese embora, os intervenientes neste processo sejam apenas o Arguido e a Assistente, i.e., (C) e sociedade (X), cumpre levantar o véu sobre os reais intervenientes deste processo, que são a sociedade (Y) e a sociedade (X), a sociedade (X) e (C), e os contratos que foram celebrados entre os vários intervenientes, referidos a págs, 36 e 38, da sentença que se recorre.
 5. Sendo os contratos referidos na sentença e constantes dos autos, os seguintes: (i) Contrato de prestação de serviços e uso do espaço, denominado por “提供服務以及場地使用許可協議”, celebrado entre a sociedade (Y) e a sociedade (X) em 21 de Setembro de 2009, e um contrato suplementar, denominado por “提供服務以及場地使用許可協議”, em 27 de Janeiro de 2010, constantes de fls. 1398 a 1408 e 1412 a 1414 dos autos, respectivamente; (ii) Acordo de Recebíveis e Pagáveis do Contrato de Promotor de Jogo, denominado “(X)與博彩中介人報酬應收及應付款項的協議書”, celebrado entre a sociedade (X) e (C) em 30 de Dezembro de 2011, a fls. 1421 dos autos; (iii) Contrato de trabalho, denominado “勞動合同”, celebrado entre a sociedade (X) e (C), em 15 de Agosto de 2011, a fls. 1473 a 1474; (iv) Dez contratos de colaboração entre (C) e salas VIP, conforme fls. 856 a 878, 879 a 894, 895 a 912, 913 a 939, 940 a 960, 961 a 981, 982 a 989, 990 a 991, 992 a 997, 998 a 1028 dos autos; (v) Contrato celebrado entre a sociedade (Y), sociedade (X) e o Arguido, denominado “收取博彩中介人合同報酬的協議”, datado de 28 de Dezembro de 2011, fls. 1420 dos autos; (vi) Contrato de Promotor de Jogo, denominado “博彩中介人合同(賭廳)” celebrado entre a sociedade (Y) e (C), em 28 de Dezembro 2011 e contrato Suplementar, denominado “博彩中介人合同(賭廳)之修訂協議書” em 10 de Agosto de 2015, a fls. 1449 a 1456 e 1457 a 1458 dos autos, respectivamente.
 6. Os Recorrentes tentaram indagar junto da Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos (DICJ), cfr. docs. 1 a 3, sobre a natureza dos contratos mencionados a (i), (ii) e (iii), conforme referido no corpo das motivações de recurso, conhecimento da DICJ sobre estes contratos, autorização e efeitos, mas sem sucesso, tendo requerido, a final, que V. Exa. este tribunal se dignasse a oficiar junto da DICJ para que as certidões fossem emitidas.
 7. Nos termos do primeiro contrato celebrado entre a Sociedade (Y) e a sociedade (X) e contrato suplementar, a segunda está autorizada a usar o espaço e a prestar serviços, contudo, nos termos da cláusula 2.1 deste acordo, o que resulta é que a sociedade (X) terá direito a receber 55% do lucro líquido do casino por parte da sociedade (Y).
 8. Sucede que, mediante consulta do sítio oficial da DIGJ, <https://www.dicj.gov.mo>, verifica-se que a sociedade (Y) foi somente autorizada a explorar balcões nos seguintes casinos: (i) “Casino Y1”, “Casino Y2”, “Casino Y3”, “Casino Y4” e “Casino Y5”, mediante Ordem Executiva n.º 50/2007, de 21 de Dezembro de 2007; e (ii) no “Casino Y6”, em

Macau, no “Hotel Y6”, “Casino Y7”, em Macau., no “Hotel Y8”; Casino “Y9”, na Taipa, no “Hotel Y10”; Casino “Y11”, em Macau, no “Hotel Y12” e no “Y13 Casino”, em Macau, no “Hotel Y14, mediante Ordem Executiva n.º 20/2008, de 30 de Julho de 2008. (dr. does. 4 e 5)

9. Ora, o que daqui se retira é que a sociedade (Y) não foi autorizada a explorar nenhum balcão no casino (X) pela DICJ.
10. Impõe-se colocar as seguintes questões, como poderia a sociedade (X) celebrar um contrato com um promotor de jogo, como é o caso do Arguido, e permitir que tal promotor de jogo seria responsável pelo pagamento de todos os recebíveis e pagáveis pertencentes à (Y), mas que, a final pertenceriam à sociedade (X)? Quando a sociedade (X), sublinhamos, não estava autorizada a celebrar contratos com promotor de jogos, por não ter qualidade de. concessionária ou sub-concessionária?
11. Apenas a sociedade (Y) está autorizada a celebrar contratos de promoção de jogos de fortuna e azar, tudo nos termos e para os efeitos do artigo 23.º da Lei 16/2001, o que o fez com o Arguido, conforme contrato a fls. 1449 a 1458 dos autos,
12. Sucede que, o casino onde o Arguido estava a exercer actividade enquanto promotor de jogos era no casino (X), é um casino que não detém qualquer concessão ou sub-concessão para efeitos de exploração de jogos de fortuna e azar, como já referido.(sublinhado e negrito nosso)
13. Curiosamente, no contrato celebrado entre a sociedade (Y) e o Arguido não é feita referência a que casino o Arguido está autorizado a explorar a actividade de promotor de jogo e, de acordo com artigo 2.2. da Lei 16/2001: “O uso do termo “casino” fica reservado unicamente às concessionárias da exploração de jogos de fortuna ou azar”,
14. A isto acresce que, temos ainda dez contratos celebrados entre o Arguido e colaboradores, cfr. fls. 856 a 878, 879 a 894, 895 a 912, 913 a 939, 940 a 960, 961 a 981,982 a 989, 990 a 991, 992 a 997,998 a 1028 dos autos e, para adensar as dúvidas, existe um contrato tri-partido, denominado “收取博彩中介人合同報酬的協議”celebrado entre a sociedade (Y), sociedade (X) e o Arguido, datado de 28 de Dezembro de 2011, a fls. 1420 dos autos, mediante o qual a sociedade (X) pode receber todas as comissões, montantes de win-loss do promotor de jogo, e, em caso de perdas tais deverão ser imputadas à sociedade (X).
15. Por seu turno, nos termos do contrato, denominado “(X)與博彩中介人報酬應收及應付款項的協議書” celebrado entre a sociedade (X) e o Arguido, datado de 30.12.2011, o Arguido enquanto promotor de jogo concorda que todas as comissões, montantes de win-loss, serão pagas pela sociedade (Y) e toda a responsabilidade deverá ser suportada pela sociedade (X), uma vez que esta está autorizada a receber todos os montantes em nome da sociedade (Y).
16. Se bem entendemos, a sociedade (Y) autorizou a sociedade (X) a receber todos os montantes provindos de comissões e conexos com a actividade de promoção de jogos de fortuna e azar, num casino que não tinha licença para explorar como concessionária ou sub-concesssionária jogos de fortuna e azar.
17. Se o casino (X) não está registado como um dos balcões que a sociedade (Y) pode explorar, por sua conta e risco, a exploração de actividades de jogos de fortuna e azar, perguntamos também de quem é a titularidade e responsabilidade de todas as actividades de exploração de jogos de fortuna e azar que decorreram naquele casino?
18. Também questionamos qual é a legitimidade da Assistente nos presentes autos, quando o que transparece das informações constantes dos autos, é que as actividades exercidas no casino (X) foram feitas a arrepio das regulações vigentes em matéria de exploração de jogos de fortuna e azar?

-
19. A situação perante a qual nos encontramos, é que o casino (X) parece ter funcionado como um casino satélite, o que, não é uma situação contemplada pela Lei do Jogo (Lei 16/2001), bem como os mais diversos Regulamentos Administrativos conexos.
 20. A consequência para a alienação ou cessão a terceiros da posição contratual de concessionárias, para efeitos de exploração de jogos de fortuna e azar, nos termos do n.º 2 do artigo 20.º do Regulamento Administrativo 6/2002, de 01.04.2002, republicado pelo Regulamento Administrativo 27/2009, de 10.08.2009, é a nulidade de tal contrato.
 21. A isto acresce que, de acordo com o Regulamento Administrativo n.º 5/2004 de 31 de Maio de 2014, nos termos do artigo 3.º as entidades autorizadas para conceder crédito são apenas as concessionárias e as sub-concessionárias, bem como, os promotores de jogo, mediante contrato a ser celebrado entre estes e as concessionárias e sub-concessionárias e, que de acordo com o artigo 5.º do referido Regulamento está proibida qualquer alienação ou cessão de posição contratual para efeitos de concessão de crédito.
 22. Face ao exposto, entendemos que os contratos celebrados entre os três intervenientes, sociedade (Y), sociedade (X) e o Arguido são nulos, tendo em conta a proibição da alienação ou transferência da posição contratual, tudo nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 20.º do Regulamento Administrativo 27/2009 e n.º 2 do artigo 5.º do Regulamento Administrativo 5/2004.
 23. Nos termos do artigo 208.º do Código Civil, tanto a declaração de nulidade como a anulação do negócio têm efeito retroactivo, devendo ser restituído tudo o que tiver sido prestado ou, se a restituição em espécie não for possível, o valor correspondente e o efeito prático da nulidade destes contratos, traduz-se no levantamento da apreensão que incide sobre as contas bancárias dos ora Recorrentes.
 24. Assim, a sentença padece de erro de julgamento e erro sobre os pressupostos de facto, na subsunção das normas aplicáveis ao sector de jogo, intervenientes e relações com o crime do qual o Arguido vinha acusado e foi condenado nos termos do n.º 1 do artigo 400.º do Código de Processo Penal, vício que enferma todo o processo de realização da prova e da verdade material e, em consequência ferem a dita sentença proferida pelo tribunal a quo, de nulidade.
 25. À cautela e sem prescindir, salvo o devido respeito, a sentença da qual se recorre entendeu, e mal, que os montantes apreendidos ao abrigo destes autos pertenciam à Assistente.
 26. Não nos podemos conformar com uma remissão para os contratos celebrados entre as partes, i.e., sociedade (Y), sociedade (X), Arguido e contratos com os colaboradores, sem uma classificação jurídica das relações existentes entre os diversos intervenientes e relacionar tal com a propriedade dos montantes apreendidos. E, aceitar, sem mais, que todos os montantes apreendidos pertencem ao (X).
 27. Podíamos até, hipoteticamente aceitar que os montantes pertencessem à sociedade (Y), contudo, o que o tribunal a quo não quis ver é que estava na disposição do Arguido pagar aos seus credores, conforme bem lhe aprouvesse.
 28. E, na qualidade de credores, teríamos os seus colaboradores, assim como, os Recorrentes, e até a sociedade (X).
 29. Não se concede que, a Assistente tenha aquilo que se assemelha a um privilégio creditório especial sobre os demais credores do Arguido!
 30. Facto é que estava na disposição do Arguido pagar aos Recorrentes, o montante que havia sido depositado junto da sala que operava e, foi assim que o fez e, a Assistente não tem qualquer direito especial sobre um montante que não lhe pertence nem nunca lhe pertenceu, mas aos Recorrentes, como iremos explicar de seguida.
 31. Assim, por esta via, a sentença padece de erro de julgamento, na subsunção das normas

aplicáveis ao sector de jogo, intervenientes e relações com o crime do qual o Arguido vinha acusado e foi condenado nos termos do n.º 1 do artigo 400.º do Código de Processo Penal, vício que enferma todo o processo de realização da prova e da verdade material e, em consequência ferem a dita sentença proferida pelo tribunal a quo, de nulidade.

32. Já no que concerne à propriedade dos montantes depositados nas contas bancárias dos Recorrentes e, apreendidos ao abrigo dos presentes autos, com os n.ºs 1xxxx e 11xxxx, a primeira em nome do 1.º Recorrente e, a segunda detida conjuntamente pelo 1.º e 2.ª Recorrentes, abertas junto da instituição bancária XX Ltd., cada uma com o montante depositado de HKD\$5,000,000.00, a manutenção da decisão da apreensão das contas bancárias é manifestamente desproporcional e ilegal, na medida em que o dinheiro obtido pelos Recorrentes foi obtido de forma lícita e não se destinava à prática de qualquer actividade ilícita ou criminal.(sublinhado e negrito nosso)
33. Cumpre fazer uma breve resenha história da maneira como o montante que pertencente aos Recorrentes, adveio à poss daqueles.
34. Assim, em 15 de Abril de 2014, o 1.º Recorrente e mulher, Wong XX celebraram um contrato promessa de compra e venda, através do qual prometeram vender a Ma XX, e Un XX, a fracção autónoma para comércio, “LR/C”, do prédio urbano X da Rua Onze, Bairro Tamagnini Barbosa e X da Rua Um, Bairro Tamagnini Barbosa, denominado Jardim XX, Bloco XX, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 2xxx, pelo preço total de HKD\$19,480,000.00 equivalente para efeitos fiscais a MOP\$20,103,370.00 (vinte milhões e cento e três mil e trezentas e setenta Patacas), conforme contrato promessa de compra venda, escritura pública de compra e venda, que ora se juntam e certidão do Registo Predial que ora se protesta juntar (cfr. docs. n.º 1, 2 e 3 juntos com a impugnação de 26 de Junho de 2017, constantes do requerimento a fls. 1307 a 1356, concretamente, fls. 1315, 1318 a 1321 e 1324 1332 dos autos, que se consideram reproduzidos para os devidos efeitos legais).
35. O 1.º Recorrente e mulher, Wong XX receberam a título de sinal dos promitentes compradores, supra melhor identificados, a quantia de HKD\$2,000,000.00 (dois milhões de dólares de Hong Kong) em dinheiro aquando da celebração do contrato promessa de compra e venda em 15 de Abril de 2014, conforme referido na cláusula 3.1, e o remanescente, HKD\$17,480,000.00 (dezasete milhões quatrocentos e oitenta mil dólares de Hong Kong) aquando da celebração da escritura pública de compra e venda da fracção autónoma em 18 de Julho de 2014, (cfr. docs. 1-A, 1-B, 2-A e 2-B juntos com o requerimento de 30 de Junho de 2017, constantes do requerimento a fls. 1307 a 1356, concretamente, a fls. 1316,1317, 1322 e 1323 dos autos, que se consideram reproduzidos para os devidos efeitos legais).
36. Ou seja, através do produto da venda da fracção autónoma supra melhor referida, foi obtido o montante de HKD\$19,480,000.00 (dezanove milhões quatrocentos e oitenta mil dólares de Hong Kong), o que desde já demonstra que o dinheiro foi obtido de forma totalmente transparente e lícita.
37. Por cashier order emitido em 23 de Julho de 2014 pela a mulher do 1.º Recorrente, Wong XX, com o n.º ... da instituição bancária XY Limited (“XY”), no montante de HKD\$5,000,000.00 (cinco milhões de dólares de Hong Kong) à ordem da Sociedade (Y), cfr. doc. 4 junto com a impugnação de 26 de Junho de 2017, constante do requerimento a fls. 1307 a 1356, concretamente, a fls. 1333, que se considera reproduzido para os devidos efeitos legais), foi este depositado na sala VIP “(D), situada no casino (X) e operada pelo promotor de jogo, pessoa singular, (C), junto da concessionária (Y), conforme lista de promotores de jogo emitidas pela Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos (“DICJ”)

-
- (cfr. docs. 5 e 6 junto com a impugnação de 26 de Junho de 2017, constantes do requerimento a fls. 1307 a 1356, 1334 a 1341, que se consideram reproduzidos para os devidos efeitos legais).
38. Em 2 de Junho de 2015, o 1.º Recorrente depositou a quantia de HKD\$3,000,000.00 (três milhões de dólares de Hong Kong) na sala VIP “(D)”, melhor supra identificada.
39. Ou seja, a quantia supra melhor mencionada adveio das seguintes transacções: (i) um levantamento da conta bancária aberta junto da instituição bancária XX Ltd., com o n.º 1xxxxx, pertencente à mulher do 1.º Recorrente, no montante de HKD\$1,500,000.00 (um milhão e quinhentos mil dólares de Hong Kong), efectuado em 2 de Junho de 2015; (ii) um levantamento da conta bancária aberta junto da instituição bancária XX Ltd., com o n.º 11xxxx, pertencente à mulher do 1.º Recorrente, no montante de HKD\$1,000,000.00 (um milhão de dólares de Hong Kong), efectuado em 2 de Junho de 2015; e (iii) o montante de HKD\$500,000.00 (quinhentos mil dólares de Hong Kong) resultante do produto de venda de um carro em 2.ª mão recebido em dinheiro (cfr. docs. n.º 7 a 9 junto com a impugnação de 26 de Junho de 2017, constante do requerimento a fls. 1307 a 1356, concretamente, a fls. 1342 a 1346 dos autos, e que se consideram reproduzidos para todos os efeitos legais).
40. De seguida, foi emitido um cheque por parte de (C), para garantia de depósito, no montante de HKD\$8,000,000.00 (oito milhões de dólares de Hong Kong) a favor do 1.º Recorrente, em que é mencionado que existem dois talões de depósito com o n.º 03036 e 03040. (cfr. doc. 10 junto com a impugnação de 26 de Junho de 2017, constante do requerimento a fls. 1307 a 1356, concretamente, a fls. 1347 dos autos, e que se consideram reproduzidos para todos os efeitos legais).
41. Em 2 de Junho de 2015, o 1.º Recorrente depositou o montante HKD\$2,000,000.00 (dois milhões de dólares de Hong Kong) em dinheiro na sala VIP “(D)”, conforme cópia da mensagem que ora se junta (cfr. docs. 11 e 12, constante do requerimento a fls. 1307 a 1356, concretamente, a fls. 1348 e 1349 dos autos, e que se consideram reproduzidos para todos os efeitos legais), tendo na totalidade sido depositado o montante de HKD\$10,000,000.00 (dez milhões de dólares de Hong Kong) no período compreendido entre 23 de Julho de 2014 e 2 de Junho de 2015.
42. Em finais do ano de 2015, o 1.º Recorrente pediu a (C) que o dinheiro que tinha depositado lhe fosse devolvido.
43. Em 2 de Janeiro de 2016, (C) contactou o 1.º Recorrente, e como este não se encontrava em Macau, conforme certidão que ora se protesta juntar, do Corpo de Polícia de Segurança Pública de Macau (cfr. doc. 12 constante do requerimento a fls. 1307 a 1356, concretamente, a fls. 1349 dos autos, e que se considera reproduzidos para todos os efeitos legais), (C) acordou com o 1.º Recorrente que, o montante de HKD\$10,000,000.00 (dez milhões de dólares de Hong Kong), em fichas, fosse transferido para a sala VIP “(E)”, operada no Casino (X), e gerida por Cheong XX.
44. De realçar que, esta transferência para a sala VIP “(E)” foi efectuada, conforme acordado pelo 1.º Recorrente com (C), e deveu-se ao facto de este não se encontrar em Macau e, também à relação de confiança existente entre (C), Cheong XX e o 1.º Recorrente.
45. Uma vez que, o 1.º Recorrente queria receber o dinheiro do depósito que havia realizado pediu a Cheong XX para que esta quantia lhe fosse devolvida, o que sucedeu, tendo o 1.º Recorrente recebido o montante total de HKD\$10,000,000.00, HKD\$5,000,000.00 (cinco milhões de dólares de Hong Kong) em dinheiro e HKD\$5,000,000.00 (cinco milhões de dólares de Hong Kong) através do cheque datado de 06 de Janeiro de 2016, com o n.º ... da instituição bancária XY, emitido pelo Sr. Cheong XX, conforme talão de depósito que ora se junta (cfr. doc. 13 junto com a impugnação de 26 de Junho de 2017, constante do

requerimento a fls. 1307 a 1356, concretamente, a fls. 1350 dos autos, e que se considera reproduzido para todos os efeitos legais).

46. Acto contínuo, o 1.º Recorrente depositou os montantes supra melhor mencionados na conta bancária, conjunta, detida com a 2.ª Recorrente, junto da instituição bancária XX, conforme se pode alcançar através da junção da lista de movimentos da conta bancária e talão de depósito (cfr. docs. 13 e 14 junto com a impugnação de 26 de Junho de 2017, constante do requerimento a fls. 1307 a 1356, concretamente, a fls. 1350 e 1321 dos autos, e que se considera reproduzidos para todos os efeitos legais)).
47. Em 12 de Janeiro de 2016, o 1.º Recorrente levantou o montante de HKD\$5,000,000.00 (cinco milhões de dólares de Hong Kong) da conta conjunta e fez um depósito a prazo em nome da 2.ª Recorrente (cfr. docs. 14 e 15 junto com a impugnação de 26 de Junho de 2017, constante do requerimento a fls. 1307 a 1356, concretamente, a fls. 1350 a 1352 dos autos, e que se considera reproduzido para todos os efeitos legais).
48. Contudo, em 4 de Fevereiro de 2016, para espanto dos Recorrentes, a 2.ª Recorrente foi informada de que o montante de HKD\$5,000,000.00 (cinco milhões de dólares de Hong Kong) que tinha sido depositado a seu favor, na conta com o n.º 1xxxx não poderia ser movimentada nem o montante em questão poderia ser levantado, resultante da determinação imposta pelos juízos criminais da RAEM (cfr. doc. 16 junto com a impugnação de 26 de Junho de 2017, constante do requerimento a fls. 1307 a 1356, concretamente, a fls. 1356 dos autos, e que se considera reproduzido para todos os efeitos legais).
49. Como já referido anteriormente, os ora Recorrentes tentaram por várias vezes junto do Ministério Público indagar a razão pela qual não poderiam levantar as quantias em questão, mas sempre sem sucesso.
50. Conforme decorre do supra exposto, os montantes depositados pelo 1.º Recorrente junto da conta bancária conjunta e da conta bancária do 1.º Recorrente advieram, num primeiro momento, da venda duma fracção autónoma, sendo que posteriormente, parte desse dinheiro foi depositado na sala VIP(D) e posteriormente transmitido para a sala VIP(E).
51. Não se concede o vertido a págs. 36 a 37 da sentença, pois, não conforma a realidade dos factos, tendo os Recorrentes sido “apanhados” no meio de uma situação da qual não são parte, que lhes é completamente alheia, e viram, sem mais, o dinheiro que lhe pertencia e foi obtido de forma lícita, permanecer apreendido ao abrigo destes autos, o que não se concede!(sublinhado e negrito nosso)
52. Salvo o devido respeito, 7 anos sem poder movimentar um montante tão elevado e necessário para o dia-a-dia dos Recorrentes, para o desenvolvimento da sua actividade profissional e para o apoio que prestam aos respectivos agregados familiares, revelou-se demasiado oneroso e, mais onerosa agora, porque declarada perdida a favor da Assistente!(sublinhado e negrito nosso)
53. Assim, a sentença padece de erro de julgamento, por descurar e não conhecer a proveniência e propriedade do montante que se encontra apreendido nas contas bancárias pertencentes aos Recorrentes, nos termos do n.º1 do artigo 400.º do Código de Processo Penal, vício que enferma todo o processo de realização da prova e da verdade material e, em consequência ferem a douta sentença proferida pelo tribunal a quo, de nulidade.

Mais se requer, que V. exa. se digne oficial junto da Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos, que sejam emitidas as informações e certidões requeridas nos- moldes constantes dos requerimentos juntos a esta Motivação, melhor identificados como documentos 1 a 3 da presente Motivação de recurso.

檢察院對上訴人的上訴作出了答覆，並提出下列理據（結論部分）：

1. 兩名上訴人認為原審法院錯誤認定輔助人的法律地位，兩名上訴人賬戶內被扣押的款項屬於兩名上訴人，而非輔助人，原審法院錯誤適用法律。此外，兩名上訴人認為被上訴裁判沒有認清該筆所扣押款項的來源及所有權，輔助人不具有優於兩名上訴人的債權人地位，認為扣押的款項為兩名上訴人的合法取得的金額，被上訴裁判應被宣告為無效。對此，本檢察院不予認同。
2. 兩名上訴人聲稱(Y)公司沒有與(X)公司(即輔助人)訂立任何合同在後者經營兌換櫃檯，以及(X)娛樂場不能經營幸運博彩。然而，早於 2009 年，澳門特別行政區行政長官根據第 54/2009 號行政命令第 1 款許可“(Y)公司”以風險自負形式在名為“澳門(X)娛樂場”的經營幸運博彩及其他方式博彩的地點經營兩個兌換櫃檯。於 2013 年 9 月 30 日，澳門特別行政區政府與(Y)公司簽署的娛樂場幸運博彩或其他方式的博彩經營批給合同簽訂修改公證合同，當中第 103 條第 1 款(二十)項，明確載明承批公司獲許可在“澳門(X)娛樂場”經營娛樂場幸運博彩及其他方式的博彩。(公證合同摘錄詳見 2013 年 10 月 9 日第 41 期澳門特別行政區公報第二組)
3. 兩名上訴人尚認為(Y)公司、(X)公司及嫌犯之間的合同無效，應根據《民法典》第 282 條之規定宣告法律行為無效或可撤銷，而有關法律效果為返還。為此，本案所扣押的金額應返還予兩名上訴人。
4. 本檢察院並不認同兩名上訴人的觀點。倘上述三方之間的合同無效，則有關款項應返還予(Y)公司，因為該筆款項原為(Y)公司

交付予嫌犯，再由嫌犯轉交給(X)公司，根本無可能得出兩名上訴人提出的結論。

5. 就涉案金額屬於輔助人方面，原審法院於判決書第 36 至 38 頁背頁對本案中的文件作出詳細分析，並於判決書第 41 至 45 頁對兩名上訴人銀行賬戶中所扣押的款項所有權的來龍去脈以及扣押的正當性作出充份的理由說明，本檢察院完全認同相關精闢的見解。
6. 事實上，嫌犯以不法途徑侵吞了輔助人財產再作為履行債務方式交予上訴人(A)，該筆款項並非嫌犯以自己合法及正當方式取得的，實為贓物，根本不屬於嫌犯可處分的財產，應該予以返還合法權利人輔助人，為此，在判決確定前，原審法院裁定扣押予以維持的決定並無可譴責之處。

綜上所述，本檢察院認為，兩名上訴人的所有上訴理據不足，應予全部駁回，維持原判。

請尊敬的中級法院法官 閣下作出公正裁決

輔助人(X)公司對上訴作出了答覆，並提出有關理據²。

² 其葡文結論內容如下：

1. Salvo o devido respeito, que é muito, os Recorrentes não têm razão.
2. Aliás, lidas as conclusões, nem parece ser esse o objecto do recurso.
3. Os Recorrentes gastam grande parte das conclusões a construir uma realidade factual paralela que nada tem a ver com o crime dos autos.
4. Isto, para de alguma forma tentar disfarçar, que o único pedido dos Recorrentes já foi alvo de várias decisões, sempre, desfavorável aos Recorrentes.
5. Como, muito bem, explica o Tribunal a quo no Acórdão sob censura os Recorrentes efetuaram o pedido de devolução do apreendido em 12/5/2016, 19/9/2016, 7/12/2016 e 10/3/2017 junto do MP. (cfr. fls. 554,667,682 e 688)
6. Voltaram à carga, agora no JIC, em 26/6/2017 e recorrendo depois para o TSI, em 28/07/2017.
7. Ora, por Acórdão deste Venerando Tribunal, n.º 909/2017, os Recorrentes viram, mais uma vez, negado o seu pedido.

-
8. Mas nem assim os Recorrentes desistiram.
 9. Voltando a impetrar novo pedido em 19/2/2020. (cfr. 1158 e 1159) junto do JIC que, mais uma vez, recusou o pedido dos Recorrentes.
 10. Desta decisão, os Recorrentes não recorreram.
 11. Tendo, assim, transitado em julgado, como sublinha o Tribunal a quo.
 12. Também na fase de julgamento os Recorrentes impetraram novamente o mesmo pedido e por diversas vezes, em 2/9/2021, 27/10/2021 e 1/11/2021.
 13. Ora, todos estes requerimentos mereceram o mesmo resultado. O seu indeferimento.
 14. Em várias instâncias, por vários Juízes, sempre o mesmo resultado!
 15. Estarão todos os Tribunais da RAEM errados?
 16. Não nos parece.
 17. Embora, os Recorrentes tentem, em vão, construir uma realidade paralela, não recorrem da matéria de facto dada como provada pelo Tribunal a quo.
 18. Nomeadamente, conformam-se com os seguintes factos:
 - Em conformidade com os registos de vigilância oferecidos pelo Y15 e Casino (X), o arguido (C), depois se ter apropriado das quantias de três “Faturas de comissão e honorário de serviços administrativos” na tarde do dia 2 de Janeiro de 2016, às 19h42, depositou uma quantia de HKD\$10.000.000,00 em (E) 貴賓會. De acordo com o registo da (E) 貴賓會, o arguido depositou os HKD\$10.000.000,00 na conta em nome Cheong XX (E26); (cfr. fls.102 e verso, 122)
 - Conforme o depoimento da testemunha Cheong XX, o Arguido (C), tinha-lhe dito para entregar a (A), ora Recorrente, essa quantia de HKD\$10.000.000,00, pelo que Cheong XX entregou ao aqui Recorrente HKD\$5.000.000,00 em dinheiro e um cheque de HKD\$5.000.000,00, no total de HKD\$10.000.000,00.
 - De acordo com o depoimento do próprio Recorrente, (A), obtidas as quantias supra indicadas, ele depositou-as numa conta conjunta no Banco XX, em nome dele e da sua filha (B), também aqui Recorrente, tendo esta transferido os HKD\$5.000.000,00, já referidos, para um depósito a prazo no mesmo banco; (de acordo com o depoimento da testemunha Cheong XX, mas também do próprio testemunho do Recorrente e as provas documentais dos autos constante da fls. 206, 296 e 297)
 - No dia 28 de Janeiro de 2016 e no dia 2 de Fevereiro de 2016, o Tribunal de Juízo de Instrução Criminal deu os despachos para que ordenem a apreensão daquelas quantias, com o valor total de HKD\$10.000.000,00, depositadas na conta bancária do Banco XX.
 19. Ou seja, a narrativa fantasiosa e elaborada teia de relações entre Assistente e a (Y) não guardam nenhuma relação com a apropriação indevida do Arguido das quantias da Assistente para as entregar aos Recorrentes.
 20. Nada alteram a realidade dos factos, nem estão aqui a ser julgadas.
 21. A factualidade julgada provada pelo Tribunal a quo para além de confirmar a prática do crime de abuso de confiança pelo Arguido, pelo que acabou condenado,
 22. Esclarece, ainda, a proveniência do dinheiro apreendido.
 23. Ou seja, o dinheiro depositado nas contas dos Recorrentes foi o mesmo que o Arguido se apropriou indevidamente, ilegítimamente e que pertencia à Assistente, HKD\$10.000.000,00.
 24. Quanto a esta realidade os Recorrentes nada alegam.
 25. Nem podiam pois, foi o próprio Recorrente que confessou ter recebido aquela mesma quantia e a ter depositada na sua conta bancária, juntando os documentos que o comprovam!
 26. Tal como foi julgado provado, e bem, pelo Tribunal a quo.

案件卷宗移送本院後，駐本審級的檢察院司法官作出檢閱及提交法律意見，認為上訴人提出的上訴理由成立，廢止原審判決中上訴所針對之部分，並改判將屬於(A)及其女兒(B)之被扣押之款項歸還彼等。

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗，並作出了評議及表決。

二、 事實方面

原審法院經庭審後確認了以下的事實：

1. 嫌犯(C)為一自然人博彩中介人，獲許可於承批公司(Y)公司從事博彩中介業務，其中包括推廣及吸引顧客到(Y)公司所經營的(X)娛樂場之貴賓廳。
2. 基於此，嫌犯(C)就 10 間(X)娛樂場貴賓廳包括 Y16 貴賓廳、(D)貴賓廳、(E)貴賓廳、Y17 貴賓廳、Y18 貴賓廳、Y19 貴賓廳、Y20

-
27. Pelo que dúvidas não restam que o apreendido não só pertence à Assistente como é produto directo do crime.
 28. Sem qualquer margem de dúvidas e, mais, confessado pelo próprio Recorrente!
 29. Ora, estabelece o Art. 166.º n.º 1 do C.P.P que “A autoridade judiciária procede à apreensão de títulos, valores, quantias e quaisquer outros objectos depositados em bancos ou outras instituições de crédito, mesmo que em cofres individuais, quando tiver fundadas razões para crer que eles estão relacionados com um crime e se revelarão de grande interesse para a descoberta da verdade ou para a prova, mesmo que não pertençam ao arguido ou não estejam depositados em seu nome.”
 30. Foi, exactamente o que aconteceu in casu.
 31. Nada havendo a censurar na decisão recorrida.
 32. Termos em que deverá ser indeferido, por não provado, o recurso interposto pelos recorrentes, (A) e (B).
 33. Assim fazendo-se a costumada JUSTIÇA!

貴賓廳、Y21 貴賓廳、Y22 貴賓廳以及 Y23 貴賓廳之經營，與合作人均簽署了博彩中介業務之合作協議，當中規定了嫌犯與各貴賓廳合作人之間之佣金分配。(見卷宗第 856 頁至第 1026 頁)

3. 嫌犯(C)同時亦擔任(X)娛樂場之貴賓會營運副總裁。
4. 按照(Y)公司、(X)公司(即輔助人)與嫌犯(C)之間之日常業務流程，作為貴賓會營運副總裁之嫌犯(C)須將每月從(Y)公司收取之各貴賓廳之糧款存放於(X)娛樂場之賬房內，並須按照上述所簽訂之博彩中介業務合作協議按時發放佣金予各貴賓廳合作人(如貴賓廳盈利)或向各貴賓廳合作人收取糧款(如貴賓廳虧損)。
5. 於 2016 年 1 月 2 日約下午 2 時，嫌犯(C)與(F)、(G)前往(Y)總賬房對上述十個貴賓會之合作人佣金進行 2015 年 12 月份之帳目核對，確認該等合作人佣金總額為港幣 99,724,708 元。
6. 在帳目核對完畢後，嫌犯(C)與(F)、(G)各自離開。
7. 一般來說，於每月對數日後嫌犯(C)均會與(F)一同前往(Y)賬房支取有關之佣金，故於 2016 年 1 月 3 日下午約 2 時 45 分，(F)如常前往嫌犯(C)之辦公室等待，然而嫌犯(C)卻沒有出現並失去聯絡。
8. 及後經查閱賬房記錄，(F)及(G)發現嫌犯(C)原來已於 2016 年 1 月 2 日下午將上述貴賓會之盈利全數提取，但嫌犯(C)提取款項後，並沒有按照正常之工作流程分配予各個貴賓會合作人，反而將所有款項據為己有，並在 24 小時內將當中部分款項分配予與其存有私人關係或債務關係之人士，具體如下：
9. 於 2016 年 1 月 2 日下午約 4 時 30 分，嫌犯(C)透過編號為 000xxx 的“佣金/服務費代管收據”(俗稱存碼單)及“人客交易記錄表”親自於 Y24 娛樂場賬房取走港幣 10,000,000 元現金及港幣 40,000,000 元之現金籌碼。(見卷宗第 12 頁至第 13 頁)

10. 於同日下午約 5 時 45 分，嫌犯(C)使用編號為 000xx 的“佣金/服務費代管收據”(俗稱存碼單)及“人客交易記錄表”透過(D)貴賓會職員黃 XX 及郭 XX 在(X)娛樂場之 Y24 總賬房以嫌犯(C)之名義提取港幣 20,000,000 元之現金籌碼。(見卷宗第 10 頁至第 11 頁)
11. 於同日下午約 6 時 40 分，郭 XX 在提取上述港幣 20,000,000 元之現金籌碼後便將籌碼拿回(D)貴賓會，嫌犯(C)指示黃 XX 將其中之港幣 8,000,000 元之現金籌碼存入(D)貴賓會之 3 號兌碼賬戶(戶主為(C))，再將該港幣 8,000,000 元中之港幣 3,000,000 元轉入 1XX 號兌碼賬戶(戶主為郭 X，該人為郭 XX 之親友)中，嫌犯(C)再指示郭 XX 將港幣 12,000,000 元之現金籌碼轉換成現金。該筆轉入 1XX 號兌碼賬戶的港幣 3,000,000 元之款項由郭 XX 於同日下午 6 時 41 分提取。(見卷宗第 50 頁至第 51 頁)
12. 在完成上述指示後，嫌犯(C)於不久後再次致電職員黃 XX 將其中港幣 10,000,000 元現金放置在一個黑色手提箱內，並待嫌犯(C)於 2016 年 1 月 3 日自行返回貴賓會取走。
13. 於同日下午約 7 時 10 分，嫌犯(C)使用編號為 000xxx 的“佣金/服務費代管收據”(俗稱存碼單)及“人客交易記錄表”透過 Y18 貴賓會職員鄧 XX 及雲 XX 在(X)娛樂場之 Y24 總賬房提取港幣 29,724,708 元之現金籌碼。(見卷宗第 8 頁至第 9 頁)
14. 嫌犯(C)於委託上述 Y18 貴賓會職員鄧 XX 及雲 XX 取款時，更告知該職員有關籌碼係屬嫌犯本人所有，並非佣金，故上述職員提款後便直接將所有之現金籌碼交付予嫌犯(C)。
15. 嫌犯(C)在取得上述款項後，於同日下午約 7 時 42 分，嫌犯(C)親自將港幣 10,000,000 元之現金籌碼存入張 XX 於(E)貴賓會所開設之 XX 的賬戶中，並告知張 XX 此筆款項並非用作佣金之每月入

賬，而是需由其轉交予(A)。

其後於 2016 年 1 月 5 日下午約 3 時，(A)前往(E)貴賓會提取該港幣 10,000,000 元款項，(E)貴賓會將港幣 500 萬元現金及一張港幣 500 萬元之支票交予(A)。(A)將此兩筆款項分別存入其與(B)在 XX 銀行所開設之聯名帳戶內(編號: 1xxxxx)，以及(B)所開設之個人定期帳戶內(編號: 11xxxxx)，有關款項已被扣押在案。(見卷宗第 122 頁至第 123 頁，附件一、附件二及附件三)

16. 於同日下午約 8 時 07 分，嫌犯(C)透過職員鄭 XX 將港幣 10,000,000 元之現金籌碼存入 Y21 貴賓會 Axxx 屬楊 XX 所開設之戶口內，目的是將此筆款項交予李 XX，其後李 XX 委託唐 XX 及丁 XX 取出該筆港幣 10,000,000 元之款項，並存入李 XX 於 Y25 貴賓會開設之 AAxxxx 號帳戶內，有關款項已被扣押在案。(卷宗第 145 頁至第 152 頁、第 285 頁及第 369 頁)
17. 薛 XX 為(D)貴賓會之職員，於 2016 年 1 月 2 日按嫌犯(C)之指示，前往 Y18 貴賓會開設戶口(編號 AGxxx)，於同年 1 月 3 日凌晨 1 時 7 分，薛 XX 按照嫌犯(C)之指示返回(D)貴賓會，在嫌犯(C)手上接收了港幣 15,000,000 元之現金籌碼，並存放於上述 Y18 貴賓會之戶口。及後 1 月 3 日早上 9 時，嫌犯(C)要求薛 XX 於 Y18 貴賓會重新提取上述款項，並由薛 XX 及郭 XX 存回(D)貴賓會之帳戶內。當有關之款項存進(D)貴賓會之帳戶內後，陳 X 提取當中港幣 200 萬元之款項、薛 XX 提取當中港幣 200 萬元之款項、郭 XX 提取當中港幣 500 萬元之款項、唐 X 提取當中港幣 100 萬元之款項、羅 XX 提取當中港幣 100 萬元之款項、陳 X 提取當中港幣 200 萬元之款項、陳 XY 提取當中港幣 200 萬元之款項。(卷宗第 134 頁至第 135 頁)

18. 於 2016 年 1 月 3 日早上 9 時 30 分，嫌犯(C)致電予王 XX，通知王 XX 前往其家中取款，當王 XX 到達後，發現嫌犯(C)之家中放有港幣 15,500,000 現金籌碼及港幣 1,500,000 之現金，嫌犯(C)並留下字條著王 XX 協助分發予數人，字條內容為“袁太 10,000,000、容姐 1,000,000、王 X 2,000,000、陳太 4,000,000，快！”當中之“袁太”即為姚 XX、容姐為李 XZ、陳太為鍾 XX。有關現金籌碼及現金已被扣押在案。(卷宗第 62 頁至第 63 頁、第 66 頁、及第 70 頁)
19. 於 2016 年 1 月 3 日早上 6 時 07 分，嫌犯(C)經關閘離開澳門，其後一直未有返回澳門。(卷宗第 17 頁至第 18 頁、第 566 頁至第 567 頁)
20. 於 2016 年 1 月 4 日，當警方介入調查案件後，郭 XX 將上述第 11 點中嫌犯(C)轉往 1XX 號郭 X 的戶口的港幣 300 萬元之現金款項交予警方。而鍾 XX 亦向警方提供了嫌犯(C)存放在(D)賓賓會之價值港幣 4,340,000 元之籌碼。
案中合共有價值港幣 44,340,409.76 元之現金或籌碼已被扣押於卷宗內，其餘款項則至今仍未尋獲。(見卷宗第 54 頁、第 62 頁、第 66 頁、第 70 頁、第 79 頁、第 369 頁，附件一、附件二及附件三)
21. 由於上述十間貴賓會合作人無法如期取得 2015 年 12 月貴賓會盈利之分配，致使輔助人及後須向有關貴賓會合作人另行支付被嫌犯(C)所取走之合共港幣 99,724,708 元之款項，造成相當巨額之損失。
22. 嫌犯(C)在自由、自願及有意識的情況下，明知所獲交託之合共港幣 99,724,708 元為(Y)公司用於分配予各貴賓會合作人作為佣金之款項，但仍將有關款項不正當據為己有，並將之據為己有，及

將部分款項用於償還自身債務或作其他私用，致使輔助人需要為此重新對各貴賓會合作人作出支付，並損失港幣 99,724,708 元。

23. 嫌犯(C)清楚知道其行為是法律所不容，會受法律制裁。

此外，審判聽證亦證實以下事實：

24. 刑事紀錄證明顯示，嫌犯為初犯。

民事請求狀中下列對判決重要之事實獲證明屬實：

民事請求狀中之事實，凡與起訴書所載之事實相符的其他事實，視為已獲證明之事實，如下：

25. 民事被請求人(C)為一自然人博彩中介人，獲許可於承批公司(Y)公司從事博彩中介業務，其中包括推廣及吸引顧客到(Y)公司所經營的(X)娛樂場之貴賓廳；

26. 民事被請求人(C)就 10 間(X)娛樂場貴賓廳包括 Y16 貴賓廳、(D) 貴賓廳、(E) 貴賓廳、Y17 貴賓廳、Y18 貴賓廳、Y19 貴賓廳、Y20 貴賓廳、Y21 貴賓廳、Y22 貴賓廳以及 Y23 貴賓廳之經營，與合作人均簽署了博彩中介業務之合作協議，當中規定了民事被請求人與各貴賓廳合作人之間之佣金分配；(見卷宗第 856 頁至第 1026 頁)

27. 民事被請求人(C)同時亦擔任(X)娛樂場之貴賓會營運副總裁；

28. 按照(Y)公司、原告與民事被請求人(C)之間之日常業務流程，作為貴賓會營運副總裁之民事被請求人(C)須將每月從(Y)公司收取之各貴賓廳之糧款存放於(X)娛樂場之賬房內，並須按照上述所簽訂之博彩中介業務合作協議按時發放佣金予各貴賓廳合作人（如貴賓廳盈利）或向各貴賓廳合作人收取糧款（如貴賓廳虧損）；

29. 於 2016 年 1 月 2 日約下午 2 時，民事被請求人(C)與(F)、(G)前往

(Y)總賬房對上述十個貴賓會之合作人佣金進行 2015 年 12 月份之帳目核對，確認該等合作人佣金總額為港幣 99,724,708 元；

30. 在帳目核對完畢後，民事被請求人(C)與(F)、(G)各自離開；
31. 一般來說，於每月對數日後民事被請求人(C)均會與(F)一同前往(Y)賬房支取有關之佣金，故於 2016 年 1 月 3 日下午約 2 時 45 分，(F)如常前往民事被請求人(C)之辦公室等待，然而民事被請求人(C)卻沒有出現並失去聯絡；
32. 及後經查閱賬房記錄，(F)及(G)發現民事被請求人(C)原來已於 2016 年 1 月 2 日下午將上述貴賓會之盈利全數提取，但民事被請求人(C)提取款項後，並沒有按照正常之工作流程分配予各個貴賓會合作人，反而將所有款項據為己有，並在 24 小時內將當中部分款項分配與其存有私人關係或債務關係之人士，具體如下：
33. 於 2016 年 1 月 2 日下午約 4 時 30 分，民事被請求人(C)透過編號為 000xxx 的“佣金/服務費代管收據”(俗稱存碼單)及“人客交易記錄表”親自於 Y24 娛樂場賬房取走港幣 10,000,000 現金及港幣 40,000,000 之現金籌碼；(見卷宗第 12 頁至第 13 頁)
34. 於同日下午約 5 時 45 分，民事被請求人(C)使用編號為 0004xx 的“佣金/服務費代管收據”(俗稱存碼單)及“人客交易記錄表”透過(D)貴賓會職員黃 XX 及郭 XX 在(X)娛樂場之 Y24 總賬房以民事被請求人(C)之名義提取港幣 20,000,000 元之現金籌碼；(見卷宗第 10 頁至第 11 頁)
35. 於同日下午約 6 時 40 分，郭 XX 在提取上述港幣 20,000,000 元之現金籌碼後便將籌碼拿回(D)貴賓會，民事被請求人(C)指示黃 XX 將其中之港幣 8,000,000 元之現金籌碼存入(D)貴賓會之 3 號兌碼賬戶(戶主為(C))，再將該港幣 8,000,000 元中之港幣 3,000,000

元轉入 1XX 號兌碼賬戶（戶主為郭 X，該人為郭 XX 之親友）中，民事被請求人(C)再指示郭 XX 將港幣 12,000,000 元之現金籌碼轉換成現金。該筆轉入 1XX 號兌碼賬戶的港幣 3,000,000 元之款項由郭 XX 於同日下午 6 時 41 分提取；（見卷宗第 50 頁至第 51 頁）

36. 在完成上述指示後，民事被請求人(C)於不久後再次致電職員黃 XX 將其中港幣 10,000,000 元現金放置在一個黑色手提箱內，並待民事被請求人(C)於 2016 年 1 月 3 日自行返回貴賓會取走；
37. 於同日下午約 7 時 10 分，民事被請求人(C)使用編號為 000xxx 的“佣金/服務費代管收據”（俗稱存碼單）及“人客交易記錄表”透過 Y18 貴賓會職員鄧 XX 及雲 XX 在(X)娛樂場之 Y24 總賬房提取港幣 29,724,708 元之現金籌碼；（見卷宗第 8 頁至第 9 頁）
38. 民事被請求人(C)於委託上述 Y18 貴賓會職員鄧 XX 及雲 XX 取款時，更告知該職員有關籌碼係由其本人所有，並非佣金；故上述職員提款後便直接將所有之現金籌碼交付予民事被請求人(C)；
39. 民事被請求人(C)在取得上述款項後，於同日下午約 7 時 42 分，民事被請求人(C)親自將港幣 10,000,000 現金籌碼存入張 XX 於(E)貴賓會所開設之 XX 的賬戶中，並告知張 XX 此筆款項並非佣金之每月入賬，而是需由其轉交予(A)。其後於 2016 年 1 月 5 日下午約 3 時，(A)前往(E)貴賓會提取該港幣 10,000,000 元款項，(E)貴賓會將港幣 500 萬元現金及一張港幣 500 萬元之支票交予(A)，(A)將此兩筆款項分別存入其與(B)在 XX 銀行所開設之聯名賬戶內（編號：1xxxx），以及(B)所開設之個人定期賬戶內（編號：11xxxx），有關款項已被扣押在案。（見卷宗第 122 頁至第 123 頁，附件一、附件二及附件三）；

40. 於同日 20 時 07 分，民事被請求人(C)透過職員鄭 XX 將港幣 10,000,000 現金籌碼存入 Y25 貴賓會 AAxxxx 屬楊 XX 所開設之戶口內，目的是將此筆款項交予李 XX，其後李 XX 委託唐 XX 及丁 XX 取出該筆港幣 10,000,000 元之款項，並存入李 XX 於 Y25 貴賓會開設之 AAxxxx 號賬戶內，有關款項已被扣押在案；(見卷宗第 145 頁至第 152 頁、第 285 頁及第 369 頁)；
41. 薛 XX 為(D)貴賓會之職員，於 2016 年 1 月 2 日按民事被請求人(C)之指示，前往 Y18 貴賓會開設戶口 (編號 AGxxx)，於同年 1 月 3 日凌晨 1 時 7 分，薛 XX 按照民事被請求人(C)之指示返回(D)貴賓會，在其手上接收了港幣 15,000,000 元之現金籌碼，並存放於上述 Y18 貴賓會開設之戶口。及後於 1 月 3 日早上九時，民事被請求人(C)要求薛 XX 於 Y18 貴賓會重新提取上述款項，並由薛 XX 及郭 XX 存回(D)貴賓會之賬戶內。當有關之款項存進(D)貴賓會之賬戶內後，陳 X 提取當中港幣 200 萬元之款項、薛 XX 提取當中港幣 200 萬元之款項、郭 XX 提取當中港幣 500 萬元之款項、唐 X 提取當中港幣 100 萬元之款項、羅 XX 提取當中港幣 100 萬元之款項、陳 X 提取當中港幣 200 萬元之款項、陳 XY 提取當中港幣 200 萬元之款項。(卷宗第 134 頁至第 135 頁)
42. 於 2016 年 1 月 3 日早上 9 時 30 分，民事被請求人(C)致電予王 XX，通知王 XX 前往其家中取款，當王 XX 到達後，發現民事被請求人(C)之家中放有港幣 15,500,000 現金籌碼及港幣 1,500,000 之現金，民事被請求人(C)並留下字條著王 XX 協助分發予數人，字條內容為“袁太 10,000,000、容姐 1,000,000、王 X 2,000,000、陳太 4,000,000，快！”當中之“袁太”即為姚 XX、“容姐”為李 XZ、“陳太”為鍾 XX。有關現金籌碼及現金已被扣押在案。(卷宗第

62 頁至第 63 頁、第 66 頁、及第 70 頁)

43. 於 2016 年 1 月 3 日早上 6 時 07 分，民事被請求人(C)經關閘離開澳門，其後一直未有返回澳門。(卷宗第 17 頁至第 18 頁、第 566 頁至第 567 頁)；
44. 於 2016 年 1 月 4 日，當警方介入調查案件後，郭 XX 將上述第 11 點中民事被請求人(C)轉往 1XX 號郭 X 的戶口的港幣 300 萬元之現金款項交予警方。而鍾 XX 亦向警方提供了民事被請求人(C)存放在(D)貴賓會之價值港幣 4,340,000 元之籌碼。案中合共有價值港幣 44,340,409.76 元之現金或籌碼已被扣押於卷宗內，其餘款項則至今仍未尋獲。(見卷宗第 54 頁、第 62 頁、第 66 頁、第 70 頁、第 79 頁、第 369 頁，附件一、附件二及附件三)。
45. 由於上述十間貴賓會合作人無法如期取得 2015 年 12 月貴賓會盈利之分配，致使原告及後須向有關貴賓會合作人另行支付被民事被請求人(C)所取走之合共港幣 99,724,708 元之款項，造成相當巨額之損失；
46. 民事被請求人(C)在自由、自願及有意識的情況下，明知所獲交託之合共港幣 99,724,708 元為(Y)公司用於分配予各貴賓會合作人作為佣金之款項，但仍將有關款項不正當據為己有，並將部分款項償還自身債務或作其他私用，致使原告需要為此重新對各貴賓會合作人作出支付，並損失港幣 99,724,708 元；
47. 民事被請求人(C)清楚知道其行為是法律所不容，會受法律制裁。

未證事實

經庭審聽證，本案不存在與起訴書中已證事實不符之其他事實。

經庭審聽證，本案不存在與民事請求狀中已證事實不符之其他事實。

關於扣押物處置，原審判決如下：

“關於扣押物的處置問題，依據已獲證明之第 15、16、17、18、19 及 20 條之起訴書事實)：

(15°) 嫌犯(C)在取得上述款項後，於同日下午約 7 時 42 分，嫌犯(C)親自將港幣 10,000,000 元之現金籌碼存入張 XX 於(E)貴賓會所開設之 XX 的帳戶中，並告知張 XX 此筆款項並非用作佣金之每月入賬，而是需由其轉交予(A)。其後於 2016 年 1 月 5 日下午約 3 時，(A)前往(E)貴賓會提取該港幣 10,000,000 元款項，(E)貴賓會將港幣 500 萬元現金及一張港幣 500 萬元之支票交予(A)。(A)將此兩筆款項分別存入其與(B)在 XX 銀行所開設之聯名帳戶內(編號: 1xxxx)，以及(B)所開設之個人定期帳戶內(編號: 11xxxx)，有關款項已被扣押在案。(見卷宗第 122 頁至第 123 頁，附件一、附件二及附件三)

(16°) 於同日下午約 8 時 07 分，嫌犯(C)透過職員鄭 XX 將港幣 10,000,000 元之現金籌碼存入(X)Y25 貴賓會 AAxxxx 屬楊 XX 所開設之戶口內，目的是將此筆款項交予李 XX，其後李 XX 委託唐 XX 及丁 XX 取出該筆港幣 10,000,000 元之款項，並存入李 XX 於 Y25 貴賓會開設之 AAxxxx 號帳戶內，有關款項已被扣押在案。(卷宗第 145 頁至第 152 頁、第 285 頁及第 369 頁)

(17°) 薛 XX 為(D)貴賓會之職員，於 2016 年 1 月 2 日按嫌犯(C)之指示，前往 Y18 貴賓會開設戶口(編號 AGxxx)，於同年 1 月 3 日凌晨 1 時 7 分，薛 XX 按照嫌犯(C)之指示返回(D)貴賓會，在嫌犯(C)手上接收了港幣 15,000,000 元之現金籌碼，並存放於上述 Y18 貴賓會之戶口。及後 1 月 3 日早上 9 時，嫌犯(C)要求薛 XX 於 Y18 貴賓會重新提取上述款項，並由薛 XX 及郭 XX 存回(D)貴賓會之帳戶內。當有關之款項存進(D)貴賓會之帳戶

內後，陳 X 提取當中港幣 200 萬元之款項、薛 XX 提取當中港幣 200 萬元之款項、郭 XX 提取當中港幣 500 萬元之款項、唐 X 提取當中港幣 100 萬元之款項、羅 XX 提取當中港幣 100 萬元之款項、陳 X 提取當中港幣 200 萬元之款項、陳 XY 提取當中港幣 200 萬元之款項。(卷宗第 134 頁至第 135 頁)

(18°) 於 2016 年 1 月 3 日早上 9 時 30 分，嫌犯(C)致電予王 XX，通知王 XX 前往其家中取款，當王 XX 到達後，發現嫌犯(C)之家中放有港幣 15,500,000 現金籌碼及港幣 1,500,000 之現金，嫌犯(C)並留下字條著王 XX 協助分發予數人，字條內容為“袁太 10,000,000、容姐 1,000,000、王 X 2,000,000、陳太 4,000,000，快！”當中之“袁太”即為姚 XX、容姐為李 XZ、陳太為鍾 XX。有關現金籌碼及現金已被扣押在案。(卷宗第 62 頁至第 63 頁、第 66 頁、及第 70 頁)

(19°) 於 2016 年 1 月 3 日早上 6 時 07 分，嫌犯(C)經關閘離開澳門，其後一直未有返回澳門。(卷宗第 17 頁至第 18 頁、第 566 頁至第 567 頁)

(20°) 於 2016 年 1 月 4 日，當警方介入調查案件後，郭 XX 將上述第 11 點中嫌犯(C)轉往 1XX 號郭 X 的戶口的港幣 300 萬元之現金款項交予警方。而鍾 XX 亦向警方提供了嫌犯(C)存放在(D)賓賓會之價值港幣 4,340,000 元之籌碼。案中合共有價值港幣 44,340,409.76 元之現金或籌碼已被扣押於卷宗內，其餘款項則至今仍未尋獲。(見卷宗第 54 頁、第 62 頁、第 66 頁、第 70 頁、第 79 頁、第 369 頁，附件一、附件二及附件三)

本合議得以認定，上述扣押款項均是來自(Y)公司用於分配予各貴賓會合作人作為佣金之款項(佣金總額為港幣 99,724,708 元)，是嫌犯將屬於他人的財產不正當據為己有，並將之據為己有，及將部分款項用於償還自身債務或作其他私用。此等情節及事實，因為它來源於犯罪，已足以讓合議庭裁定上述扣押款項均屬於贓款，而非屬於利害關係人的存款。

本合議庭認為，無論是上述被扣押款項之人，抑或利害關係人(A)及其女兒，他們收取了來自因嫌犯作出不法行為而獲取之不法所得，即使收取原因是用於償還嫌犯拖欠彼等債務，這一情節並不能令他們免於歸還通過犯罪得來的金錢或取得有關贓款的所有權，因為這並非《民法典》第 1241 條及後續規定中關於取得物之所有權的規定。

*

就與犯罪有關之物或權利之喪失，《刑法典》第 101 條至 103 條作出規定，在此引用有關條文並將之視為在此完全轉錄。

根據相關法條之規定，以及結合已審理查明之事實，由於上述十間貴賓會合作人無法如期取得 2015 年 12 月貴賓會盈利之分配，致使輔助人及後須向有關貴賓會合作人另行支付被嫌犯(C)所取走之合共港幣 99,724,708 元之款項。

如前所述，涉案金額港幣 99,724,708.00 元屬於輔助人「(X)公司」所有。

此外，結合已審理查明之事實，本案中(Y)公司用於分配予各貴賓會合作人作為佣金之款項，性質上屬於輔助人。因此，本案所扣押之款項應屬於挪用輔助人之款項，《刑法典》第 101 條至 103 條之相關規定，此等款項應返還予有權利之人 - 即輔助人，或用於扣減和抵銷輔助人的債權。”

三、法律方面

本上訴涉及下列問題：

- 扣押物

兩名上訴人首先提出，輔助人(X)公司沒有與(Y)公司訂立任何合同以

經營兌換櫃檯，或輔助人不能經營幸運博彩，認為(Y)公司、(X)公司及嫌犯(C)之間的合同無效，應根據《民法典》第 282 條之規定宣告法律行為無效或可撤銷，而有關法律效果為返還。為此，本案所扣押的金額應返還予兩名上訴人。

兩名上訴人還認為，原審判決沒有認清涉案銀行賬戶中被扣押款項的來源及所有權，有關扣押的款項不屬於輔助人，而且輔助人不具有優於兩名上訴人的債權人地位，認為扣押的款項為兩名上訴人的合法取得的金額，原審判決應被宣告為無效。

《刑法典》第 101 條規定：

“一、用於或預備用於作出一符合罪狀之不法事實之物件，或該不法事實所產生之物件，如基於其性質或案件之情節，係對人身安全、公共道德或公共秩序構成危險，或極可能有用於再作出符合罪狀之不法事實之危險者，須宣告喪失而歸本地區所有。

二、即使無任何人可因該事實而受處罰，前款之規定，亦適用之。

三、對於依據以上兩款之規定宣告喪失之物件，如法律未訂明特別用途，法官得命令將之全部或部分毀滅，或使之不能融通。”

《刑法典》第 102 條規定：

“一、在作出事實之日，或在作出物件喪失之命令時，如物件不屬任何作出該事實之行為人或該事實之受益人，則不喪失該物件，但不影響以下兩款之規定。

二、即使物件屬第三人，如物件之權利人曾以可譴責之方式共同參與使用或產生該等物件，或曾自事實中獲取利益，又或物件係在事實作出後以任何方式被取得，而取得者知悉其來源者，須作出喪失物件之命令。

三、如物件為載於屬善意第三人之紙張、其他器具或視聽表達工具內之登錄、圖樣或紀錄，則不喪失該物件，而在消除成為符合罪狀之不法事實一部分之登錄、圖樣或紀錄後，將該等紙張、器具或工具返還；如此為不可能者，法院須命令將之毀滅，並依據民法之規定作出損害賠償。”

《刑法典》第 103 條規定：

“一、給予或承諾給予作出一符合罪狀之不法事實之行為人之酬勞，不論係行為人或他人收受，悉歸本地區所有。

二、行為人透過符合罪狀之不法事實直接取得之物、權利或利益，不論係為其本人或為他人取得，亦歸本地區所有，但不影響被害人或善意第三人之權利。

三、以上兩款之規定，適用於以透過符合罪狀之不法事實直接得到之物或權利作交易或交換而獲得之物或權利。

四、以上各款所指之酬勞、物、權利或利益不能作實物收歸者，須向本地區支付有關價額以代替喪失。”

《民法典》第 1241 條規定：

“所有權係透過合同、繼承、取得時效、先占、添附及其他法律規定之方式而取得。”

《民法典》第 1242 條規定：

“所有權在以下所指之時刻取得：

- a) 屬合同者，第四百零二條及第四百零三條所指定之時刻；
- b) 屬繼承者，繼承開始之時刻；
- c) 屬取得時效者，占有開始之時刻；

d) 屬先占或添附者，有關事實發生之時刻。”

經分析兩上訴人之上訴理由，可以看到，其主要是認為，卷宗中警方從彼等賬戶中扣押的款項屬彼等之錢款，應歸還彼等。

首先，關於上訴人提出輔助人等的合同無效而引致法律行為無效的問題，檢察院司法官在答覆中有如下精闢的見解：

“兩名上訴人聲稱(Y)公司沒有與(X)公司(即輔助人)訂立任何合同在該公司經營兌換櫃檯，或(X)娛樂場不能經營幸運博彩。然而，早於 2009 年，澳門特別行政區行政長官根據第 54/2009 號行政命令第 1 款許可“(Y)公司”以風險自負形式在名為“澳門(X)娛樂場”的經營幸運博彩及其他方式博彩的地點經營兩個兌換櫃檯。於 2013 年 9 月 30 日，澳門特別行政區政府與(Y)公司簽署的娛樂場幸運博彩或其他方式的博彩經營批給合同簽訂修改公證合同，當中第 103 條第 1 款(二十)項，明確載明承批公司獲許可在“澳門(X)娛樂場”經營娛樂場幸運博彩及其他方式的博彩。(公證合同摘錄詳見 2013 年 10 月 9 日第 41 期澳門特別行政區公報第二組)

因此，本檢察院認為兩名上訴人提出此部分的理由明顯不成立。

兩名上訴人尚認為(Y)公司、(X)公司及嫌犯之間的合同無效，應根據《民法典》第 282 條之規定宣告法律行為無效或可撤銷，而有關法律效果為返還。為此，本案所扣押的金額應返還予兩名上訴人。

除應有的尊重外，本檢察院並不認同兩名上訴人的觀點。倘(Y)公司、(X)公司及嫌犯之間的合同無效，則有關款項應返還予(Y)公司，因為該筆款項原為(Y)公司交付予嫌犯，再由嫌犯轉交給(X)公司，根本無可能得出兩名上訴人提出的結論。”

本院同意上述的見解，因此並不存有上訴人所提出的相關合同無效而法律行為無效的問題。

現在分析相關款項屬於誰人的問題。

根據原審判決已證事實第 15 條：

“嫌犯(C)在取得上述款項後，於同日下午約 7 時 42 分，嫌犯(C)親自將港幣 10,000,000 元之現金籌碼存入張 XX 於(E)貴賓會所開設之 XX 的帳戶中，並告知張 XX 此筆款項並非用作佣金之每月入賬，而是需由其轉交予(A)。其後於 2016 年 1 月 5 日下午約 3 時，(A)前往(E)貴賓會提取該港幣 10,000,000 元款項，(E)貴賓會將港幣 500 萬元現金及一張港幣 500 萬元之支票交予(A)。(A)將此兩筆款項分別存入其與(B)在 XX 銀行所開設之聯名帳戶內(編號：1xxxx)，以及(B)所開設之個人定期帳戶內(編號：11xxxx)，有關款項已被扣押在案。(見卷宗第 122 頁至第 123 頁，附件一、附件二及附件三)”

從相關事實中可以清楚看到，上述扣押款項均是來自(Y)公司用於分配予各貴賓會合作人作為佣金之款項(佣金總額為港幣 99,724,708 元)，是嫌犯將屬於他人的財產不正當據為己有，並將之據為己有，及將部分款項用於償還自身債務或作其他私用，警方在調查後即時將相關款項扣押。

鑑於此，兩上訴人收取嫌犯償還彼等債務的金錢，但是由於該等金錢是嫌犯作出不法行為而獲取之不法所得，在此並不適用《民法典》第 1241 條及後續規定中關於取得物之所有權的規定，而彼等應該歸還通過犯罪得來的金錢。

據此，原審判決最終判定：

“由於已證實本案所扣押的現金及籌碼屬於挪用輔助人之款項，此等款項應返還予有權利之人—即輔助人。為此，待判決確定後，將本案之所扣押的現金及籌碼，適時返還輔助人，繼而輔助人的賠償額，在部分獲得彌補下，得以作出適當扣減。”

上述裁決正確，應予以維持。

因此，兩名上訴人提出的上述上訴理由並不成立。

四、決定

綜上所述，合議庭裁定兩名上訴人的上訴理由不成立，維持原審判決。

判處兩上訴人各繳付 4 個計算單位之司法費，上訴的訴訟費用。
著令通知。

2024 年 4 月 25 日

譚曉華 (裁判書製作人)

周艷平 (第一助審法官)

蔡武彬 (第二助審法官)